

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

CAIO CESAR KLEIN

“A TRAVESTI CHEGOU E TE CONVIDA PRA ROUBAR”: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS E SUJEIÇÃO CRIMINAL DE TRAVESTIS NA MÍDIA POLICIAL

PORTO ALEGRE
2016

CAIO CESAR KLEIN

**“A TRAVESTI CHEGOU E TE CONVIDA PRA ROUBAR”:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUJEIÇÃO CRIMINAL DE TRAVESTIS NA MÍDIA POLICIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Criminais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Filipe Oxley da Rocha

PORTO ALEGRE
2016

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

K64t Klein, Caio Cesar
“A travesti chegou e te convida pra roubar”: representações
sociais e sujeição criminal de travestis na mídia policial / Caio
Cesar Klein -- 2016.
139 f. : il.

Orientador: Álvaro Filipe Oxley da Rocha.

Dissertação (Mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Criminais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Travestis 2. Mídia criminal 3. Sujeição criminal 4.
Criminologia I. Rocha, Álvaro Filipe Oxley da II. Título

CDU 343

CATALOGAÇÃO NA FONTE: RUBENS DA COSTA SILVA FILHO CRB10/1761

CAIO CESAR KLEIN

**“A TRAVESTI CHEGOU E TE CONVIDA PRA ROUBAR”: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS E SUJEIÇÃO CRIMINAL DE TRAVESTIS NA MÍDIA POLICIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Criminais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Filipe Oxley da Rocha - Orientador

Prof. Dr. Ney Fayet de Souza Jr – PPGCCrim, PUCRS

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González – PPGCP, UFRGS

PORTO ALEGRE
2016

Dedico às centenas de travestis assassinadas no decorrer desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À minha família.

Àqueles que colaboraram com o presente trabalho, em especial ao Guilherme Gomes Ferreira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Aos espaços de militância e aos movimentos sociais de gênero e sexualidade em Porto Alegre, em especial à Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul.

Oh! Sejam pornográficos
(docemente pornográficos).
Por que seremos mais castos
Que o nosso avô português?
[...]
Propõe isso a teu vizinho,
Ao condutor do teu bonde,
A todas as criaturas
Que são inúteis e existem,
Propõe ao homem de óculos
E à mulher da trouxa de roupa.
Dize a todos: Meus irmãos,
Não quereis ser pornográficos?

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Desde a popularização da categoria identitária “travesti” no interior do conhecimento científico e, posteriormente, no debate cotidiano do sujeito comum, vem sendo possível observar, no campo discursivo, a relação dessa identidade com noções mais gerais de marginalidade, violência, precariedade e o crime. No mesmo sentido, tem ocorrido na última década um agravamento das expressões de violência a que estão sujeitas as travestis no cenário brasileiro, resultado, em parte, do aprofundamento das desigualdades sociais e o avanço do Estado Penal como resposta às mazelas sociais e, em outra parte, do posicionamento conservador que vem tomando conta de modo cada vez mais generalista o pensamento do conjunto societário. Não por acaso, só no primeiro mês de 2016 foram registrados mais de 50 assassinatos de travestis e mulheres transexuais no Brasil, o que prova a fácil aproximação dessas pessoas com o crime. Junto ao assassinato dessa população se percebe a relação seletiva com o sistema penal e os sistemas policiais, que muito facilmente capturam-nas tendo em vista seus marcadores sociais. Essa captura se torna notícia nos mais diversos meios, mas é sobretudo no jornalismo policial que as vidas dessas travestis são retratadas, frequentemente criminalizadas e passíveis de julgamento e escárnio público. A presente dissertação busca compreender os discursos presentes nos quadros desses programas jornalísticos que trazem à tona as cenas da abordagem policial das travestis ou de suas presenças em delegacias de polícia, estabelecendo relações entre as representações sociais dessas travestis na mídia policial, a presença de sujeição criminal nas suas narrativas e a aproximação da criminologia e dos estudos de gênero, que serviram de aparato teórico à análise. O campo foi constituído de vídeos de uma amostra intencional dos programas jornalísticos com essa temática presentes no site de compartilhamentos YouTube. A metodologia da pesquisa foi essencialmente qualitativa e enfocou nas narrativas orais dos jornalistas e policiais entrevistados no decorrer das reportagens, mas privilegiando especialmente as narrativas das travestis. A análise de dados foi feita segundo técnica de Análise Textual Discursiva.

Palavras-chave: Travestis. Sujeição criminal. Mídia policial. Criminologia.

RESUMEN

Desde la popularización de la categoría de identidad "travesti" dentro del conocimiento científico y más adelante en la discusión diaria del sujeto común, se ha podido observar, en el campo discursivo, la relación de esta identidad con las nociones más generales de la marginalidad, la violencia, la inseguridad y el crimen. Del mismo modo, se ha producido en la última década un aumento de expresiones de violencia que sufren también los travestis en el escenario brasileño, en parte, resultado de la profundización de las desigualdades sociales y el avance del Estado Penal en respuesta a los problemas sociales, y otra parte de la posición conservadora que esta asume en el control de manera más y más general del pensamiento del conjunto social. No es sorprendente que solo el primer mes de 2016 se registraron más de 50 asesinatos de travestis y transexuales en Brasil, lo que demuestra el enfoque fácil a estas personas con el crimen. Con el asesinato de la población travesti se percibe una relación selectiva con el sistema de justicia criminal y la policía, que establece con mucha facilidad una comunicación con ellos. Esta comunicación se reproduce en diversos medios de comunicación, pero sobre todo es en el periodismo de la policía que la vida de estos travestis es retratada, a menudo criminalizados y sujetos a juicio y escarnio público. Este trabajo busca comprender los discursos presentes en estos programas de noticias que ponen en evidencia las escenas de un enfoque policial de los travestis, el establecimiento de relaciones entre las representatividades de estos travestis en los medios de comunicación, la presencia de la sujeción criminal en sus narrativas, en el enfoque de la criminología y estudios de género, que proporciono el análisis. El campo consistió en videos de una muestra intencional de programas de noticias con este tema presente en el sitio YouTube. La metodología de la investigación fue cualitativa y se centró principalmente en las narrativas orales de periodistas y policías entrevistados en el transcurso de los informes, pero sobre todo se centra en las narrativas de los travestis. El análisis de los datos se realizó de acuerdo a la técnica de análisis textual del discurso.

Palabras clave: Travestis. Sometimiento criminal. Medios policiales. Criminología.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 - Produção científica sobre transgeneridades em relação às áreas de conhecimento.....	50
Gráfico 2 - Produção científica sobre travestilidades em relação às temáticas de violência, segurança pública e/ou criminologia, por área do conhecimento.....	51
Gráfico 3 - Teses e dissertações sobre a Lei Maria da Penha, por área do conhecimento.....	51
Quadro 1 - Exemplo da análise textual discursiva.....	51
Gráfico 4 - Datas de publicação dos vídeos.....	67
Gráfico 5 - Posição das travestis enquanto vítimas ou agressoras.....	68
Gráfico 6 - Ilícitos conforme a situação das travestis na abordagem.....	96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Travesti dá entrevista dentro de camburão após ser espancada por taxistas.....	73
Figura 2 - Patrícia Penosa é abordada pela polícia.....	78
Figura 3 - Uso de recursos gráficos durante entrevista.....	79
Figura 4 - Cena de “escândalo” tratado como notícia.....	82
Figura 5 - Travesti agride homem diante da câmera.....	84
Figura 6 – Vítima?.....	85
Figura 7 - “Quem é mulher, e quem é travesti?”.....	88
Figura 8 - “Homem que é homem jamais confundiria”.....	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CID	Classificação Internacional de Doenças
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
SciELO	Scientific Electronic Library Online
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANDI	Agência de Notícia dos Direitos da Infância
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
PRB	Partido Republicano Brasileiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. APONTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE OS FEMINISMOS E ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE	18
2.1 Identidade e paradigma científico	20
2.2 Crítica da distinção sexual e emergência do conceito de gênero	31
2.3 Teoria Queer	37
2.4 Transgeneridade e território: América-Latina travesti	42
2.5 Travestilidades e estudos sobre violência, segurança pública e criminologia .	48
3. MÍDIA	53
3.1 Gênero e mídia	56
3.2 Mídia e crime	60
4. ANÁLISE	64
4.1 Dados iniciais	66
4.2 Gênero.....	68
4.2.1 Prostituição.....	68
4.2.2 Relações familiares, educação e mercado de trabalho	71
4.3 Mídia.....	72
4.3.1 Escárnio público e deboche	74
4.3.2 Cultura popular, espetáculo do crime e escândalo.....	80
4.3.3 Pedagogias de gênero	86
4.4 Crime	90
4.4.1 Apontamentos preliminares sobre violência transfóbica	90
4.4.2 Análise dos dados	95
5. CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	126
Apêndice A – Quadro da Análise Textual Discursiva	126
Apêndice B – Mapeamento do tema “travestis e segurança pública” na plataforma SciELO e Banco de Teses da CAPES	129

1. INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado ora apresentada possui uma história de iniciativas e práticas profissionais e de pesquisa que coadunaram no interesse de estudar a relação das travestis com a mídia policial e o “mundo do crime”. Possivelmente iniciou já nas atividades que envolviam um dos estágios profissionais realizados pelo pesquisador no decorrer da sua graduação em ciências jurídicas e sociais, que na época se dedicava ao atendimento jurídico da população vivendo com HIV e da população LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, mas sobretudo de travestis e transexuais. Entretanto, o tema aqui exposto realmente tomou corpo e forma através de uma atuação profissional dedicada à orientação jurídica de travestis privadas de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre, por ocasião de um projeto social da organização não governamental Igualdade – associação de travestis e transexuais do Rio Grande do Sul.

Nessa oportunidade, foi possível reunir algumas impressões iniciais a respeito da relação conflituosa e até mesmo degradante das travestis que são apanhadas pela polícia e, sequencialmente, são levadas a conceder entrevistas para matérias sensacionalistas de programas jornalísticos de televisão. Mesmo aquelas que já cumpriam pena privativa de liberdade ou que aguardavam julgamento no estabelecimento prisional eram frequentemente expostas às câmeras, seja para que falassem a um pesquisador sobre “como é a vida nas prisões”, seja para que contassem o motivo de seus aprisionamentos a um jornalista que reproduziria a situação na televisão dando ênfase ao crime cometido.

É claro que outras experiências também deram o tom da investigação aqui exposta. Na verdade, um exercício simples feito em um site de buscas na Internet é que foi o principal responsável pelo interesse desta pesquisa: ao passo que a palavra “transexual”, ao ser buscada na Internet, gerava uma série de notícias relacionadas à condição subjetiva ou patológica de um indivíduo, a pessoas submetidas a cirurgias de transgenitalização ou de retificação do registro civil, a histórias de superação pessoal, a palavra “travesti” gera um rol de notícias envolvendo crimes (cometidos por elas ou que as atingiam), assassinato de travestis e também conteúdo pornográfico e relativo ao mercado sexual. Se esse mesmo exercício fosse feito com relação a vídeos, seria possível ver então uma série de entrevistas de policiais que acabavam

de prender uma travesti, ou então das travestis já nas delegacias de polícia ou prontas para serem presas.

Parece evidente, portanto, que as travestis fazem parte de um dos grupos sociais mais facilmente capturado pelos mecanismos que operam os sistemas policiais, de justiça e de segurança. Zaffaroni denominou essa seleção de certos grupos sociais de seletividade penal¹, mas para nós é importante que esse conceito seja analisado em contexto a outro, advindo dos movimentos de mulheres negras que inauguraram a noção de *interseccionalidades* e de marcadores sociais para pensar como diferentes experiências sociais (de raça/etnia, gênero, sexualidade, classe social, etc.) podem se conectar na produção de desigualdades particularizadas². Seguindo esse raciocínio, as travestis seriam mais facilmente abordadas pela polícia e selecionadas para o aprisionamento porque são parte daqueles grupos já estereotipados como periféricos, marginais e próximos do crime, mas também porque compartilhariam de uma classe social específica e muitas vezes também de uma raça/etnia e de uma estética particulares, que confirmam esse *status* de marginalidade.

Desse contexto também surgiu o interesse teórico pela categoria de sujeição criminal³, uma vez que essas experiências com a criminalidade também produzem sentido e significado às travestis. Foi então que descobrimos, no interior dos estudos sobre cultura popular, que muitas vezes os subalternos carregam o estigma do suspeito e da culpa como se deles fossem⁴, ainda que essa incriminação jogue contra a vida deles; ora, nada mais é do que o retrato da incorporação de noções criminalizantes nas suas próprias identidades, já que, grande parte das vezes, é o que se estabelece como verdadeiro para o conjunto societário do qual as travestis também fazem parte. Desse cenário é que se estabeleceu daí em diante a metodologia da presente pesquisa, essencialmente qualitativa e com interesse em analisar as narrativas das travestis que são abordadas pela polícia e cuja abordagem (ou propriamente o aprisionamento) é retrata no jornalismo policial.

¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

² PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 11, n. 2, jul./dez 2008, p. 263-274.

³ MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, 2010, p. 15-38

⁴ CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

Foram identificados 353.000 vídeos com a palavra “travesti” no site de compartilhamento e carregamento de vídeos YouTube. Para a amostra da pesquisa – uma amostragem intencional daqueles vídeos que tematizavam a abordagem policial ou o aprisionamento – foram selecionados os 60 primeiros apresentados que se incluíam nos parâmetros da pesquisa. A análise desses vídeos foi feita segundo a metodologia de Análise Textual Discursiva e o texto foi fragmentado de acordo com metanarrativas que deram sentido aos capítulos dessa dissertação, especialmente aqueles presentes no capítulo de análise. Assim, foi possível estabelecer reflexões com diferentes campos teóricos, sendo o primeiro, o campo dos estudos de gênero descrito no Capítulo 2 dessa pesquisa. O objetivo nesse capítulo foi estabelecer um quadro histórico a respeito das diferentes teorias de gênero em diálogo com as diferentes correntes feministas, privilegiando, depois o debate no interior da Teoria Queer. A partir dela, abrimos a pauta das transgeneridades e travestilidades, na medida em que essas identidades de gênero só foram possíveis de serem descritas do ponto de vista científico a partir dos anos de 1980, com o aparecimento também da terceira onda feminista. Até então, as travestilidades eram descritas do ponto de vista unicamente psiquiátrico, como perversão ou desordem sexual, e muito frequentemente poderia ser vista dentro do rol do que se acreditava ser as homossexualidades.

No capítulo seguinte discutimos o tema da mídia, do gênero na mídia e da mídia que retrata o crime, comumente conhecida como mídia policial. É preciso estabelecer reflexões particularizadas em relação ao gênero nesse campo, justamente porque é a mídia de massas que acaba comunicando mais frequentemente temáticas de gênero, só que de uma forma fragmentada, inconclusa e muitas vezes equivocada: reproduz e aprofunda estereótipos de gênero, confirma determinadas desigualdades como verdadeiras e contribui para o conjunto da sociedade apreender suas próprias performances de gênero. É através da mídia, dos meios de comunicação, que as travestis vão poder aprender, por exemplo, a reforçar papéis de subalternidade para reforçar suas identidades de gênero feminina. O oposto também é verdadeiro, e também o crime será percebido, através dos meios de comunicação, como pertencente ao universo masculino.

O capítulo 4 vai trazer mais profundamente as análises da pesquisa realizada, trabalhando com alguns eixos de enunciação: o gênero (e sobretudo a prostituição e

as relações familiares, educativas e de trabalho); a mídia (e algumas manifestações importantes para o tema desse estudo, como o escárnio público e o deboche, a cultura popular e as pedagogias de gênero); e o crime (o espetáculo do crime, a transfobia e a sujeição criminal). É claro que essas metanarrativas não estão absolutamente divididas, uma vez que a realidade a que se debruça esse trabalho é complexa, permeada de contradições, conflitos e fluidez. Do mesmo modo, esses títulos foram escolhidos sem ingenuidade, uma vez que são questões que se atravessam para a seletividade policial e penal das travestis – a “pista”, ou seja, o trabalho sexual, o crime como sobrevivência e como parte da pista, o escândalo como reação e até mesmo contracultura e, por fim, a mídia policial que retrata tudo enquanto espetáculo.

5. CONCLUSÃO

Após relacionar o conteúdo dos vídeos coletados e relacionar as falas dos sujeitos pesquisados com a revisão bibliográfica realizada, algumas considerações finais podem ser traçadas. Primeiramente, a escolha metodológica levou em consideração priorizar a experiência das travestis a partir de suas falas, sem desconsiderar tudo que surgiu nos relatos de jornalistas, agentes da segurança pública e demais entrevistas contidas nos vídeos. Trata-se de uma abordagem que contém um viés político e que busca (i) não ocupar o local de fala de grupos vulneráveis, na medida em que o pesquisador não possui a mesma experiência em relação aos marcadores sociais de gênero, raça/etnia, e classe social; (ii) utilizar o privilégio da fala acadêmica para dar visibilidade a demandas sociais e questões de pesquisa notadamente tidas como de pouca importância ou excluídas por tratar de sujeitos marginalizados em razão de sua experiência com o crime e de suas identidades de gênero não-normativas.

Nesse sentido, foi necessário realizar uma rápida digressão à história dos movimentos de mulheres e do feminismo para compreender o surgimento e a utilização do conceito de gênero enquanto ferramenta necessária para a análise das relações sociais contemporâneas. Gênero, na sua condição de marcador social presente em quaisquer contextos de análise, surge assim como elemento constitutivo de disputas que não se encerram na necessária e atual luta por direitos das mulheres. Assim, hoje o conceito de gênero possui potência política para orientar o fazer acadêmico em investigações que não venham a reproduzir velhos conceitos deterministas.

Como um dos principais referenciais teóricos para a questão de gênero, as análises de Butler foram fundamentais para revelar a condição discursiva que essa categoria possui, sobretudo em razão do presente trabalho basear suas análises nas falas obtidas dos vídeos coletados. A partir desta questão, a primeira consideração a ser feita é sobre o papel das mídias na performatização dos discursos de gênero, ou seja, na constante repetição de uma estrutura ideal da organização dos gêneros, o

que torna essa matriz real e excludente na medida em que coloca na condição de não-sujeitos aqueles que não se coadunam ao seu ideal regulatório⁵.

Essa característica, potencializada na mídia de massa, constitui o que foi descrito enquanto *pedagogias de gênero*. Essas por sua vez estão inseridas no âmbito das pedagogias sociais, fenômeno que pode ser observado no jornalismo policial que atua na produção de discursos sobre o crime e o criminoso. Esses discursos puderam ser constatados nas duas dimensões descritas por Budó, ou seja, em seu aspecto macro de reprodução do sistema penal e seu aspecto micro, o mais interessante ao presente trabalho uma vez que se refere à forma como o jornalismo apresenta a “disputa” entre vítima e agressor. Aí se percebeu que os marcadores sociais da diferença influem na apresentação das travestis por esses programas, uma vez que não houve a preocupação de manter a “imparcialidade” jornalística durante as abordagens.

A partir dessa questão é possível concluir que na mídia contemporânea as representações sociais dos gêneros combinam duas características fundamentais: a performatividade dos enunciados de gênero, conforme Butler; e a produção e distribuição assimétrica de bens simbólicos, descrita por Thompson. Dessa forma, a reprodução desses discursos participa da forma que a massa acessa o conhecimento da realidade, o modo como conhece, identifica e performatiza seu gênero.

Nessa combinação há um aprofundamento de discursos violentos e excludentes quando o gênero é discutido no contexto do crime. O viés sensacionalista dos programas assistidos contribui incisivamente na divulgação de falsas relações entre criminalidade e gênero, o que ficou evidente no que surgiu em referência à criminalização da prostituição. Ao falsear a verdade sobre o mercado sexual e as diversas mazelas que nele interferem – violência urbana, mercado de drogas ilícitas – o discurso desses jornalistas culpabiliza o trabalho sexual como se esse fosse a causa dos eventos violentos que ocorrem em seu contexto.

⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

A sociabilidade das travestis brasileiras se mostra intimamente relacionada à prostituição na medida em que essas são, em sua maioria, evadidas do sistema escolar e excluídas do mercado formal de trabalho. Assim, o contato de muitas travestis com o “mundo do crime”, aliado ao preconceito transfóbico, sugere que o processo de subjetivação dessas se constitua como processo de subjugação. Esse fenômeno de surgimento do sujeito a partir da contraposição ativa à uma estrutura – seja de gênero, seja de justiça criminal – constitui um sujeito emergido da subjugação, do assujeitamento. A partir das análises de Misse, foi possível identificar esse processo de assujeitamento e de sujeição criminal através da fala dos agentes policiais e, sobretudo, das próprias travestis.

Além disso, a perspectiva elaborada a respeito da sujeição criminal permitiu perceber que os processos de incriminação experimentados pelas travestis brasileiras e retratados na mídia policial são decorrentes das experiências sociais das travestis com marcadores sociais das diferenças que, de antemão, as colocam em situação de vulnerabilidade social e penal. Esses marcadores – de gênero dissidente, raça/etnia muitas vezes lida como não branca, classe social e experiência com a pobreza, localização territorial periférica e até mesmo o marcador de religiosidade (o culto religioso de matriz africana) produzem uma materialidade singular das travestis em relação às políticas e instituições de segurança pública, construindo um personagem muito valorizado pelo jornalismo policial: o personagem do bandido, que se mistura às identidades das próprias travestis.

Ainda, e por fim, foi possível observar que os processos de assujeitamento tomam forma no e através do discurso de jornalistas da mídia policial, uma vez que para este trabalho teve a mídia enquanto cenário, o gênero como ator, e o crime como enredo. Tendo suas demandas sociais não atendidas, muitas travestis reinventaram as entrevistas que deram e, mesmo em situações de repressão – e talvez sem perceber – resignificaram a visibilidade que lhes foi dada. Expuseram de forma crua a realidade violenta que enfrentam, como Patrícia ao denunciar a violência policial; problematizaram o tratamento desigual que recebem da polícia, conforme a fala de Yasmin; ou assumiram suas identidades marginais, como Victória Close, se apresentando enquanto sujeito produzido pelas relações sociais de desigualdade.

O discurso midiático, portanto, produz o assujeitamento mas também o reflete, na medida em que também é reprodutor das relações sociais vigentes e hegemônicas

que creditam às travestis a possibilidade de serem perigosas ou de serem objeto da violência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação de corpos femininos. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

AQUINO, Manuela. Saiba qual o melhor horário para você ter um orgasmo. Nova Cosmopolitan, São Paulo, 4 jan. 2016. Revista Abril. Não paginado.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2006.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

BARBOSA, Bruno Cesar. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, mai./ago. 2013.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2009.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. p. 14. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 set. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 409-432, mai./ago. 2008.

BORGES, Lenise Santana; CANUTO, Alice de Alencar Arraes. Saindo do Armário? Uma análise da produção discursiva sobre o grupo LGBT na mídia impressa em Goiás. *Comunicação & Informação*, v. 16, n. 2, p. 123-135, jul./dez. 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 342, jan./jun. 2006.

BRASIL. *Código Penal*. Senado Federal: Brasília, 2010.

_____. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012. p. 18

BUDÓ, Marília Denardin. Mídia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal. *UNIrevista*, v. 1, n. 3, jul. 2006.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

_____. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CAMPUZANO, Giuseppe. Recuperação das histórias travestis. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Orgs.). *Questões de sexualidade: ensaios transculturais*. Tradução de Jones de Freitas. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

CARRARA, Sérgio Luis; VIANNA, Adriana Resende Barreto “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 235, ago./dez. 2006.

CARVALHO, Salo. Sobre a criminalização da homofobia: perspectivas desde a criminologia queer. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, n. 99. nov./dez. 2012.

CARVALHO, Salo. *Sobre as possibilidades de uma criminologia queer*. Sistema Penal & Violência. Porto Alegre, v. 4, n. 2, jul./dez. 2012.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandim Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CERVINI, Raúl. Incidencia de las “mass media” en la expansion del control penal en latinoamerica. In: Revista brasileira de ciências criminais, ano 2, n.5, p. 37-54. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

_____. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COLLING, Leandro et al. Um panorama dos estudos sobre mídia, sexualidades e gêneros não normativos no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 12, n. 2, jan./jun. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução n. 1.955 de 3 de setembro de 2010*. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.652/02. Brasília: Diário Oficial, 2010.

CORREIA, João Carlos. *O admirável mundo das notícias: teorias e métodos*. Covilhã: LabCom, 2011.

_____. *Teoria e crítica do discurso noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais*. Covilhã: LabCom, 2009.

CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Orgs.). *Questões de sexualidade: ensaios transculturais*. Tradução de Jones de Freitas. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

DAVI, Edmar Henrique Dairell; BRUNS, Maria Alves de Toledo; SANTOS, Claudiene. *Na batalha: história de vida e corporalidade travesti*. *Cronos*. V. 11, n. 2, 2010. p. 63-78.

DIÁRIO DE CAMPO. *Ex-travesti diz que não é mais gay*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=foubFYqYgac>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. *Homem para em delegacia junto com travestis em Maringá*. 2'53". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cxyVdCOFWw0>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. *Prisão de travesti em Copacabana*. 4'46". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wKI7yRMm5u0>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. *Sorriso – Homossexual que matou pedreiro em Nova Ubatã é preso pela polícia*. 3'34". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bx5nspcHngw>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. *Travesti + Delegacia = Mais uma DIVA*. 3'20". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VJV3oO2-FE0>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. *Travesti fica sem pagamento e arma barraco na frente de motel*. 2'15". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QymqnQNAcD4>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ELBERT, Carlos Alberto. *Novo manual básico de criminologia*. Tradução de Ney Fayet Júnior. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução de Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESPINOZA, Olga. A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, Pelotas, v.1, n. 1, p. 35-59, jan./dez. 2002.

FERNANDES, Fernanda Surubi; MALUF-SOUZA, Olímpia. *A (des)criminalização da prostituição em documentos policiais*. *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 246-259, jan/jun 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário do Aurélio*. [S.l.]: [s.n], [2008]. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil*. Curitiba: Multideia Editora, 2015.

FOGLIATTO, Débora. Em sessão tensa, vereadores aprovam retiradas de questões de gênero e sexualidade do PME. *Sul 21*, Porto Alegre, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/em-sessao-tensa-vereadores-aprovam-retirada-de-questoes-de-genero-e-sexualidade-do-pme>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

FOUCAUL, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

G1. *'Minha conquista serve de exemplo', diz 1ª travesti doutora do Brasil*. [2012]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/minha-conquista-serve-de-exemplo-diz-1-travesti-doutora-do-brasil.html>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

GARCIA, Marcos Roberto. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2008, v. 11, n 2, pp. 241-256.

GLOBAL RIGHTS. *Report on the Human Rights Situation of Afro-Brazilian Trans Women*. Washington: Global Rights, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade corrompida*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GOUGES, Olympe de. Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne. Paris: [2009]. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/femmes/olympede-gouges_declaration-des-droits-de-la-femme.asp>. Acesso em: 6 abr. 2015.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 229, jan./abr. 2009.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Tradução de Roberto Cataldo Costa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 194, jan./abr. 2015.

ILHA, Flávio. Assembleia gaúcha retira direito à identidade de gênero do Plano Estadual de Educação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 jun. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/assembleia-gaucha-retira-direito-identidade-de-genero-do-plano-estadual-de-educacao-16533802>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012.

KANNENBERG, Vanessa. Com beijaço gay e manifestações, Plano Municipal de Educação é aprovado sem incluir identidade de gênero. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/06/com-beijaco-gay-e-manifestacoes-plano-municipal-de-educacao-e-aprovado-sem-incluir-identidade-de-genero-4788316.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

KULICK, Don; KLEIN, Charles. Escândalo: a política da vergonha em meio às travestis brasileiras. São Paulo: Anales, 2010.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileira, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 16, mai./ago. 2008.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas? In: POCAHY, Fernando (Org.). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Porto Alegre: Nuances, 2010.

_____. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 546, 2001.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MARSON, Melina Izar. Da feminista “macha” aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (des)construções das identidades sexuais. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 2, n. 3-4, p. 98, 1996.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Luísa. Pelo menos oito Estados retiram referências a gênero dos planos de educação. *Zero Hora*, Porto Alegre, 29 jun. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/06/pelo-menos-oito-estados-retiram-referencias-a-genero-dos-planos-de-educacao-4791753.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MATOS, Fernando Ribeiro. *Trilhas do sexo: discursos, corpos e sexualidade na cultura da mídia*. 2011. 122f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2011.

MENDES JÚNIOR, Hélio Ferreira; COSTA, Alfredo José Lopes. A comunicação viral nas redes sociais da internet: estudo de dois casos de repercussão. *Revista Comunicação, Cultura e Sociedade*, Alto Araguaia, v. 3, n. 3, p. 2, jan./ago. 2014.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, 2010.

_____. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 192, 2003.
MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM, 2000.

MOURA, Iara Gomes de. Os programas “policialescos” no contexto histórico. In: VARJÃO, Suzana. *Violação de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa*. v. 2. Brasília: ANDI, 2015.

NAVAS, Kleber de Mascarenhas. *Travestilidades: trajetórias de vida, lutas e resistências de travestis como construção de sociabilidade*. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ORNAT, Márcio José. *Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR*. 162f. 2008. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 76-85, jan./mar. 2011.

_____. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 217-258, jul./dez. 2005.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun./dez. 2010.

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *Delta*, São Paulo, v. 23, n.1, p. 15, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 11, n. 2, jul./dez 2008, p. 263-274.

PRECIADO, Paul. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Opera Prima, 2002.

PRECIADO, Paul. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

PREFEITO de Porto Alegre sanciona lei do Plano Municipal de Educação. *G1 RS*, Porto Alegre, 26 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/prefeito-de-porto-alegre-sanciona-lei-do-plano-municipal-de-educacao.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jul. 2002.

RAMOS, Malena Bello. *Meninas privadas de liberdade: a construção social da vulnerabilidade penal de gênero*. 116f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REVISTA VIP. Brasil: Abril. Como transar em um avião. Disponível em: <<http://vip.abril.com.br/como-transar-em-um-aviao>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Dicionário breve da informação e da comunicação*. Lisboa: Presença, 2000.

ROMÃO, Davi Mablona Marques. Jornalismo policial, indústria cultural e violência. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador: NEIM, 2000.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 16. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 72, jul./dez. 1995.

SERRA, Paulo. *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros LabCom, 2007.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. *Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 65-94, jan./jul. 2001.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/sep, 1993.

TEIXEIRA, Nírcia Ribas Borges; VALÉRIO, Maristela. A “nova” mulher: o estereótipo feminino representado na revista *Nova/Cosmopolitan*. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, ano 22, n. 49, jan./jun. 2008. Não paginado.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOLEDO, Luiz Fernando. Vereadores derrubam “identidade de gênero” do Plano Municipal de Educação. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereadores-derrubam-identidade-de-genero-do-plano-municipal-de-educacao,1703817>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

TRANSGENDER EUROPE. *Transrespect versus transphobia worldwide: a comparative review of the human-rights situation of gender-variant/trans People*. Berlim: TGEU, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VARJÃO, Suzana. *Violação de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa*. v. 1. Brasília: ANDI, 2015.

_____. *Violação de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa*. v. 2. Brasília: ANDI, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. *Direito penal brasileiro: teoria geral do direito penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.